



REVISTA MOVIMENTOS SOCIAIS E DINÂMICAS ESPACIAIS

EDITORIAL

O ano de 2024 termina com grandes perspectivas, do ponto de vista ambiental e social, sobre as formas de conter os avanços de práticas que desrespeitam o meio ambiente e a pessoa humana. Dentre das notícias positivas, destacamos a divulgação de dados preliminares que apontam uma redução de 24% nos índices de desmatamento na Amazônia entre os meses de janeiro e agosto de 2024, em comparação com o mesmo período em 2023. Os dados referentes ao mês de agosto são ainda mais positivos, por ter sido o menor índice nos últimos seis anos, com uma queda de 10,6% em relação a agosto de 2023 e 69,7% em relação ao mesmo mês em 2022 (Brasil, 2024).

Contudo, após mais de 50 anos da conferência de Estocolmo, em 1972, muitos dos problemas relacionados às mudanças climáticas e às desigualdades sociais persistem e se aprofundam. O problema global do clima vem acompanhado de mudanças significativas no meio ambiente ao longo da história de uso e apropriação da Natureza, desde a colonização brasileira pelos portugueses a partir de 1500. Desde então, o Brasil perdeu mais de 33% de áreas verdes, o que corresponde a 110 milhões de hectares (Guel, 2020).

Como podemos contribuir para amenizar os problemas que assolam a humanidade se ainda estamos presos às práticas perversas de exploração do meio ambiente? São inúmeras narrativas, sobretudo do ponto de vista político, em prol de amenizar os problemas discutidos aqui. No entanto, ainda há muitos desafios frente aos dados alarmantes de destruição sistemática da Natureza, causando o aprofundamento das desigualdades e das alterações climáticas.

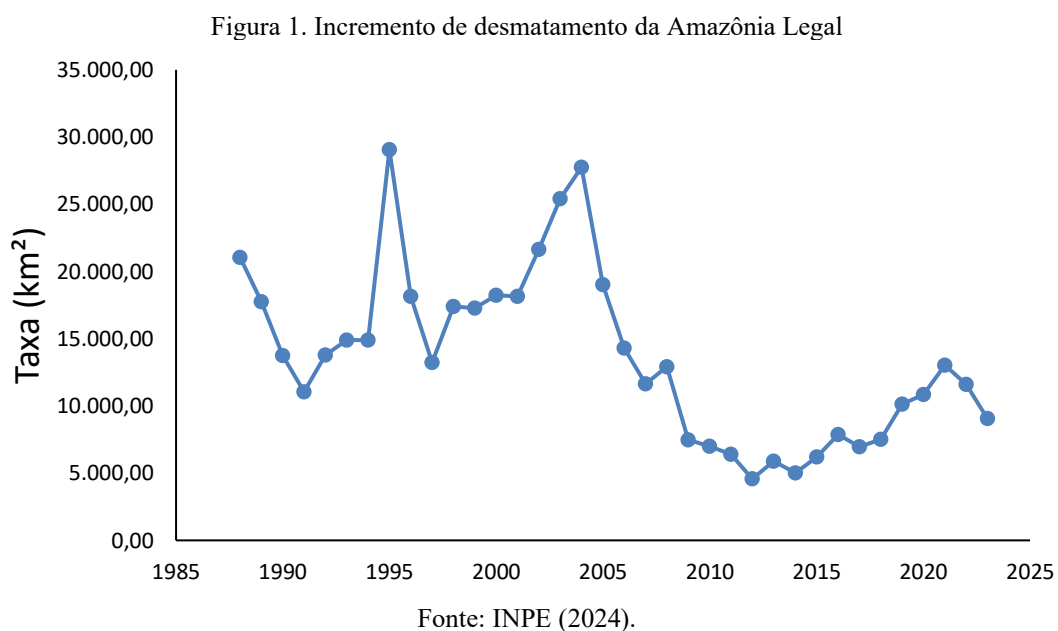
A situação da pandemia da COVID-19, no Brasil, intensificou ainda mais os problemas relacionados à fome às desigualdades socioambientais. Soma-se a isso, o negacionismo da crise climática global no governo obscurantista, o qual teve lugar no Brasil durante o período de 2019-2022 e os argumentos a favor de práticas não sustentáveis, contribuindo para o aumento de queimadas em terras amazonenses, da extração ilegal de madeira e mineração (principalmente em terras indígenas), além de uma série de fatores contrários à conservação (Goodell, 2021).

O mesmo problema também é observado no domínio fitogeográfico Cerrado (principal fronteira agrícola atual), que também exibiu traços alarmantes de destruição da Natureza, principalmente durante o governo federal, no período 2019-2022, a qual em 2021 atingiu 10 mil

km² de floresta nativa desmatada (Guel, 2020).

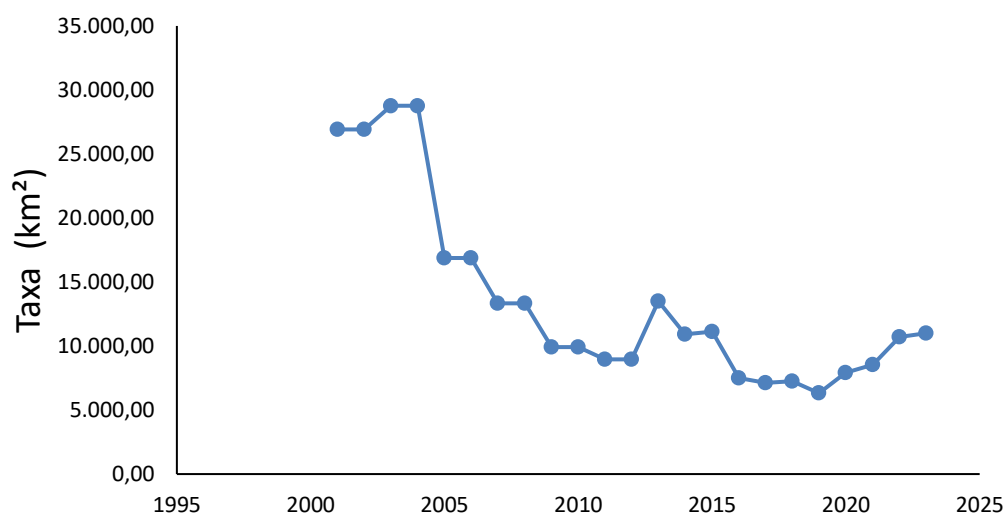
Apesar das mudanças governamentais atribuídas ao atual governo (2023-2026), ainda é cedo para analisar e, assim, compreender as suas contribuições para a mitigação dos problemas relacionados ao meio ambiente e ao clima. Isto porque o desmatamento associado a queimadas continua sendo o principal causador das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), sobretudo Dióxido de Carbono CO₂ (Guel, 2020).

No entanto, os dados recentes sobre o desmatamento, nos estados que fazem parte da Amazônia Legal, apresentaram queda entre 2023 e 2024 (Figura 1), sendo isto um fator positivo em termos de conservação de áreas de cobertura vegetal.



Por outro lado, o bioma Cerrado ainda segue apresentando altos índices de desmatamento (Figura 2), sendo isto, portanto, uma ameaça para a conservação de áreas verdes, o oferecimento dos serviços ecossistêmicos e a comunidade biológica.

Figura 2. Incremento de desmatamento no Cerrado



Fonte: INPE (2024).

Entre as principais causas do avanço do desmatamento no Cerrado encontra-se a grilagem, abrindo espaço para apropriação e roubo de terra, resultando em áreas de florestas derrubadas e queimadas. Este problema configura-se como um desrespeito ao meio ambiente e à vida humana tendo em vista que a perda de áreas vegetadas pode aumentar os conflitos ou reivindicações pelo direito à terra. Isto afeta a vida e a cultura de povos e comunidades tradicionais, os quais são agressivamente retirados de seus territórios, ficando proibidos de exercer práticas fundamentais ao seu próprio estilo de vida (Sauer; Castro, 2019). Ademais, é importante frisar que os ataques aos povos e comunidades tradicionais integra um projeto neoliberal de governo que pretende disponibilizar suas terras e bens para empresas exploradoras dos recursos ambientais, no que Harvey (2004) chama de “acumulação por espoliação”.

Partimos da premissa de que os principais problemas atualmente, no país, estão relacionados à destinação e à posse das terras, o que não se restringe aos domínios fitogeográficos da Amazônia ou do Cerrado, mas aos demais domínios que se estendem no território brasileiro. Há, portanto, uma íntima relação dessa questão com a crise sanitária, econômica, cultural, geopolítica que fazem parte do contexto histórico de uso e apropriação do território.

A respeito disso, torna-se necessário atentar-se para as causas que motivam o ritmo acelerado do desmatamento, considerando os problemas que são ocasionados pelo mau uso do território. Além disso, os argumentos, ora apresentados, também reforçam a atenção para o compromisso com a Agenda 2030, considerando que a destruição do meio ambiente prejudica as ações em favor dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente o ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima; ODS 14 – Vida na água e ODS 15 – Vida terrestre.

Em suma, os desafios ambientais e sociais que o Brasil enfrenta, especialmente em se tratando de áreas de relevante importância ambiental, expõem uma complexa inter-relação entre políticas públicas, interesses econômicos e a preservação ambiental. Observa-se que, apesar de mudanças recentes no cenário político, a trajetória de destruição e exploração ambiental persiste, destacando a necessidade de ter um comprometimento mais profundo com práticas sustentáveis e com a proteção das comunidades que tradicionalmente habitam essas regiões.

O exemplo brasileiro ilustra o dilema global entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. A corrida pela exploração de recursos naturais, impulsionada pelo neoliberalismo como racionalidade atual da acumulação de capital, frequentemente coloca em risco ecossistemas valiosos e intensifica as desigualdades sociais. Em contrapartida, a Agenda 2030 das Nações Unidas nos lembra que há alternativas e objetivos claros que visam a um futuro mais equilibrado e saudável para todos/as. Para que isso se torne uma realidade, é essencial que governos e sociedades avancem na conscientização e na implementação de políticas que integrem o desenvolvimento econômico à conservação ambiental e ao respeito aos direitos humanos.

O Brasil está em um momento crucial para definir seu papel nesse cenário, podendo optar por ser um modelo de preservação ambiental e respeito às comunidades locais, ou continuar a ceder à pressão de interesses econômicos de curto prazo. A continuidade do desmatamento, da grilagem e da violência contra povos indígenas evidencia que ainda há um longo caminho para alinhar políticas públicas ao compromisso com um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Enfim, convidamos a sociedade brasileira a consultar, baixar, ler e divulgar os artigos publicados neste mais recente volume da Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Sociais (RMSDE). Boa leitura!

M.^a Beatriz Alves Ribeiro

Me. Jorge Ferreira Lima Neto

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Amazônia: desmatamento em agosto de 2024 foi o menor em seis anos**. Brasília: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/09/amazonia-desmatamento-em-agosto-de-2024-foi-o-menor-em-seis-anos>. Acesso em: 22 nov. 2024

GUEL, J. Negacionismo climático no Brasil. Coletiva, Dossiê 27: Crise climática, jan.-abr., 2020. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-emergencia-climatica-n27-artigo-negacionismo-climatico-no-brasil>. Acesso em: 05 nov. 2024.

GOODELL, J. What to do about Jair Bolsonaro, the world's most dangerous climate denier. Rolling Stone, 09 de junho de 2021. Disponível em:

<https://www.rollingstone.com/politics/politics-features/jair-bolsonaro-rainforest-destruction-1180129/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). TerraBrasilis: PRODES. Disponível em: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/cerrado/increments>. Acesso em: 06 nov. 2024.

SAUER, S., CASTRO, L. F. P. Land and territory: struggles for land and territorial rights in Brazil. In: De SCHUTTER, O., RAJAGOPAL, B. (eds.). **Property Rights from Below: Commodification of Land and the Counter-Movement**. Boston, Routledge, 2019, p. 70-87.

SAUER, S. Questão eco-agrária: extrativismo agrário, mudanças climáticas e desmatamento no Brasil. **Revista NERA**, v. 27, n. 2, e10185, abr.-jun., 2024. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v27i2.10185>